

A DINÂMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS: DAS SESMARIAS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS ¹

Marcelo Cervo Chelotti ²

Resumo

A consolidação das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai tornou-se fundamental para a formação territorial do município de Sant'Ana do Livramento, que, a partir da ocupação portuguesa, passou a ser alicerçado na sesmaria, como possibilidade de acesso à posse da terra. O desenvolvimento de uma pecuária de corte extensiva, associado à industrialização da carne bovina voltada para a exportação, possibilitaram, já no início do século XX, a inserção desse município na divisão internacional do trabalho, através da aplicação de capitais ingleses. Significativas transformações também ocorreram no espaço agrário do município na década de 70, em função da expansão da modernização da agricultura em direção à Campanha Gaúcha, através da inserção da lavoura moderna do arroz irrigado, da soja e também do cultivo de uvas para a produção de vinhos. Na década de 90 verificaram-se novas transformações em seu espaço agrário, na medida em que foram instalados vinte e um (21) assentamentos rurais no município. Portanto, o que se verifica na atualidade é uma complexa rede de relações em seu espaço agrário, que se moldaram no decorrer de sua produção socioespacial.

Palavras-chave: espaço agrário; dinâmica sócio-espacial; Campanha Gaúcha.

Résumé:

La consolidation des frontières entre le Brésil et l'Uruguay est devenue fondamentale pour la formation territoriale de la ville de Sant'Ana do Livramento qui, à partir de l'occupation portugaise, est venue d'être fondée sur les "sesmarias", comme une possibilité d'accès au monopole de la terre. Le développement de l'élevage bovin extensif, destinée à l'abattage, associé à l'industrialisation de la viande de boeuf pour l'exportation, ont permis, au début du ^{xx^{ème}} siècle, l'insertion de cette ville dans la division internationale du travail, à travers l'application de capitaux anglais. Aux années 70, des changements significatifs sont arrivés à l'espace agricole de Sant'Ana do Livramento, à cause de l'expansion de la modernisation de l'agriculture, devant la "campanha gaúcha", à travers l'insertion de la labour moderne du riz irrigué, de la soja et aussi de la culture des raisins pour la production du vin. Aux années 90 on a remarqué des nouveaux changements dans cet espace agricole, une fois que sont allés installés vingt et un gîtes ruraux dans la ville. Actuellement, on peut apercevoir un réseau complexe des relations, dans cet espace agricole, formé au cours sa production socioespatiale.

Mots-clés: Espace Agricole; Dynamique Socioespatiale; Campanha Gaúcha.

¹ O presente artigo refere-se ao Capítulo III da Dissertação de Mestrado em Geografia defendida em março de 2003 junto a Universidade Estadual Paulista/Unesp/Presidente Prudente, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

² Mestre em Geografia e professor substituto no Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat/Campus de Cáceres/MT. E-mail: mchelotti@bol.com.br

INTRODUÇÃO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Buscando identificar a construção socioespacial do município de Sant’Ana do Livramento/RS, que denominamos de “espaço fronteiro”, torna-se necessário contextualizar os primórdios da ocupação e incorporação do Brasil meridional nos interesses do sistema colonial português.

O extremo sul do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII configurou-se como um espaço amplamente disputado entre os portugueses e espanhóis, pois o pampa era considerado “terras de ninguém”. A constituição das missões jesuíticas nas proximidades do rio Uruguai (na altura do noroeste gaúcho) por espanhóis e a formação da Colônia do Sacramento (atual República Oriental do Uruguai/ROU) por portugueses, fez com que esse espaço fosse ora dominado pela coroa espanhola, ora pela coroa portuguesa.

A partir de 1640 em função dos sucessivos ataques dos bandeirantes paulistas em busca da captura da mão-de-obra indígena, os jesuítas abandonaram as missões deslocando-se para a margem esquerda do rio Uruguai, mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, formaram a imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar”. Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: “a preia do gado chucro” (PESAVENTO, 1985).

No final do século XVII, a economia brasileira sofreu um processo de renovação. A decadência do açúcar foi compensada pela abertura das minas nas zonas das gerais, interiorizando o pólo econômico de atração da colônia portuguesa, surgindo um mercado interno no Brasil. Nesse contexto é que assumem relevância os rebanhos de gado no sul do país, tornando o Rio Grande do Sul uma economia subsidiária da economia central de exportação (PESAVENTO, 1985).

Assim, o extremo sul passou a se integrar com a zona mineradora em função da existência do rebanho de gado *vacum*, recebendo atenção por parte da coroa portuguesa, pois se apresentava como um território estratégico para o domínio luso na bacia do Prata, passando a doar sesmarias no decorrer do século XVIII, definindo-se a posse da terra e do gado.

As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra três léguas por uma (cerca de 13.000 hectares) e foram concedidas inicialmente na região que se estendia de Tramandaí a Viamão, leste do atual Estado do Rio Grande do Sul.

As sucessivas lutas e disputas pelo território nessa região fizeram com que por um longo período não estivessem definitivamente definidas as divisas territoriais, constituindo-se um peso no orçamento das duas coroas. Deste modo, os problemas de ordem política hispano-portuguesa geraram o Tratado de Madrid em 1750, redefinindo suas divisas, onde ficava estabelecida a permuta da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões.

Pelo Tratado de Madri, as missões passariam ao domínio português, com isso, essa área precisaria. A coroa passaria a incentivar a colonização com açorianos, que se dedicariam ao cultivo de lavouras (principalmente a do trigo) para abastecer as necessidades de subsistência da colônia. No entanto, a ocupação açoriana alicerçada na pequena propriedade, com utilização de mão-de-obra familiar, restringiu-se basicamente à faixa litorânea gaúcha.

Em 1777 as coroas portuguesa e espanhola assinaram o Tratado de Santo Idelfonso estabelecendo que tanto Sacramento quanto as Missões pertenceriam à Espanha. Aproveitando-se de um momento de fraqueza de Portugal – decadência das minas e a morte de D. José I e a queda do ministro Pombal – a Espanha impôs ao Reino Português a perda de Sacramento e das Missões, estabelecendo que em troca, Portugal recuperaria Santa Catarina (PESAVENTO, 1985).

Após o Tratado de Santo Idelfonso (1777), houve um intenso desenvolvimento das charqueadas, a expansão das sesmarias e, conseqüentemente, uma grande ascensão

política e econômica dos estancieiros gaúchos. Destaca-se também a conquista das Missões Orientais em 1801 pelos portugueses, possibilitando a expansão das sesmarias portuguesas para a fronteira oeste, uma vez que até então estavam sob domínio espanhol.

Com a consolidação de uma economia sustentada na produção do charque, possibilitando grande ascensão econômica, começaram a ocorrer no final do domínio colonial português atritos entre a postura tomada pela Coroa e as demandas das elites da região (pecuaristas latifundiários).

Em 1828 o Uruguai tornou-se independente e, para o Rio Grande do Sul, a perda da província Cisplatina significou a perda do gado uruguaio, que deixou de ser conduzido para as charqueadas brasileiras, ocorrendo nas economias periféricas, a eclosão de ideais federativos e republicanos, além da insatisfação das oligarquias regionais. Nesse contexto, teve início em 1835 a Revolução Farroupilha, pois as oligarquias gaúchas sentiam-se excluídas perante o restante do Império. (PESAVENTO, 1985)

No município de Sant'Ana do Livramento, a ocupação desse espaço se efetivou durante a Guerra da Cisplatina, no decorrer do século XIX, quando foram instaladas estâncias nos atuais municípios de São Gabriel (1815), Bagé (1812), e outros. Assim, a formação socioespacial do município confunde-se com as diversas redefinições das fronteiras entre o domínio português e espanhol.

Segundo Caggiani (1990), as transformações políticas, com a reivindicação de autonomia político-administrativa, que estavam acontecendo nas colônias espanholas do Rio do Prata no início do século XIX, motivaram a primeira intervenção militar do Brasil-Reino no território espanhol vizinho.

A mobilização do exército brasileiro concentrou-se na fronteira despovoada entre Brasil e Uruguai (área onde atualmente localiza-se o município de Sant'Ana do Livramento), para mostrar aos revolucionários de Buenos Aires que o Brasil estava atento aos acontecimentos platinos, pois a marcha desse exército pelos pampas orientais seria um verdadeiro reconhecimento militar da região.

No decorrer de 1800, o Governo Imperial preocupado com a consolidação e posse do território da então fronteira do Rio Pardo, distribuiu-o em sesmarias. Os beneficiários das sesmarias foram os velhos soldados do 'Exército Pacificador' e outros súditos da coroa, na região que hoje forma o município de Sant'Ana do Livramento.

Caggiani (1990) destaca que a área correspondente ao atual município de Sant'Ana do Livramento foi o local de concentração de várias tropas militares em operação, desde as campanhas do Prata (1826), Guerra contra Juan Manuel de Rosas (1851/52) até os inúmeros combates da Revolução Farroupilha (1835/45) e Federalista (1893/95).

A partir desses acampamentos militares, em 30 de julho de 1823 foi assinada a fundação da cidade em concessão da capela a Nossa Senhora do Livramento, sob licença do Bispado. Com o crescimento do comércio e da pecuária, a capela foi em 1848 elevada à categoria de Freguesia, já com o nome de Sant'Ana do Livramento, em 1857, a freguesia foi elevada à categoria de Vila, desmembrando-se do município de Alegrete, após ter passado por sucessivos graus de transição, em 1976, foi elevada à categoria de município.

O município de Sant'Ana do Livramento atualmente possui área de 6.956,4 km², e apresenta uma densidade demográfica de 13 hab/km². No entanto, a zona rural chega a inferiores 1 hab/km², caracterizando como um "vazio demográfico". Essas características são decorrentes de seu particular processo de formação socioespacial, já mencionado anteriormente. Desta forma, o espaço está caracterizado pela presença de grandes propriedades rurais herdadas das sesmarias e desenvolvendo atividade econômica predominante de pecuária de corte extensiva.

Além dessas características a região fronteira apresenta uma diferenciação regional em relação às demais regiões do estado, por possuir municípios detentores de

grandes áreas territoriais, localizados ao longo da fronteira sudoeste, com baixíssima densidade demográfica.

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALICERÇADA NA PECUÁRIA DE CORTE EXTENSIVA

A importância da pecuária de corte extensiva na produção desse espaço encontra-se na herança jesuítico-guarani por meio dos seus primeiros rebanhos de gado *vacum*³ que se espalharam pelo pampa. Porém a melhoria e a qualificação desse rebanho somente passaram a ser realizadas no século XIX via importação de reprodutores bovinos e ovinos (produção de carne e lã respectivamente) da Europa, uma vez que a semelhança climática de Sant'Ana do Livramento possibilitava uma melhor adaptação desses animais, proporcionando dessa maneira um melhoramento genético e zootécnico não só da pecuária local, mas também de toda a Campanha Gaúcha.

Como se pode verificar na tabela 01, o grande desempenho obtido pela pecuária local, já era perceptível no começo do século XX, representando a principal atividade econômica do município,

Tabela 01 - Efetivo de animais no Município de Sant'Ana do Livramento em 1920 e 1955

Efetivos de animais	Ano de 1920	Ano de 1955
Bovinos	401.551	321.200
Equinos	33.103	24.800
Ovinos	324.447	997.000
Suínos	7.965	9.700

Fonte: Dados de 1920 (PIMENTEL, 1943) e de 1955 (FERREIRA, 1959).

Org.: Chelotti, M.C. (2004).

A consolidação da pecuária local repercutiu na instalação de frigoríficos no município no início do século XX. Com isso, em 1917 verifica-se a instalação do Frigorífico Armour e, em 1918, a Companhia Wilson, ambos destinados a industrializar a carne bovina do município e de toda a Campanha Gaúcha.

As empresas Armour e Wilson, percebendo que no pampa gaúcho havia oferta de rebanhos encontrou nessa região uma possibilidade para realizar a reprodução ampliada do capital internacional que representavam.

A localização geográfica de Sant'Ana do Livramento também representou mais um elemento de expansão para os capitais internacionais no pampa gaúcho. A proximidade com os países do Prata possibilitava, entre outros fatores, a aglutinação de um rebanho bovino que, no decorrer dos anos, desenvolveu-se nessa região. Assim, não só o rebanho brasileiro era comercializado e industrializado pelos frigoríficos, mas também o uruguaio, devido à proximidade geográfica.

Na conjuntura da I Guerra Mundial, o grupo Armour precisava de muita carne para abastecer as tropas americanas que lutavam na Europa. Já instalados na Argentina desde 1907, juntamente com a Swift e Morris, os americanos consideraram o Rio Grande do Sul

³ O gado *vacum* refere-se a animais bravos, criados a campo aberto semi-selvagens, oriundos das reduções jesuíticas organizadas através da Vacaria del Mar e Vacaria dos Pinhais, que se espalharam por todo o Prata, mais precisamente no Pampa.

uma extensão para seus negócios, instalando em Sant'Ana do Livramento dois frigoríficos: o Armour e o Wilson.

Com a instalação de duas plantas industriais de carne (Armour e Wilson) a região ganhou projeção econômica de nível estadual. Conseqüentemente, a necessidade de infraestrutura passou a ser reivindicada pelas elites locais. Como resultado dessa reivindicação houve a construção de um novo ramal ferroviário, com o objetivo de viabilizar o escoamento da produção. Nesse período também ocorreu a instalação do lanífero Albornoz⁴, responsável pelo processamento de lãs ovinas do município e da região.

No início do século XX, a ligação ferroviária entre Rivera e Montevideu foi capaz de aproximar Sant'Ana do Livramento mais do mercado do Prata do que do brasileiro. A ligação ferroviária trouxe também para a fronteira capitais uruguaianos que investiram na industrialização da carne em Uruguaiana, São Borja, Quaraí e Itaqui, enviando charque, velas, sabão e sebo para a região norte do Brasil, por meio do porto de Montevideu.

Albornoz (1998) destaca que em função do grande poder econômico exercido pela empresa Armour no município, foram realizados empréstimos para a prefeitura visando à realização de obras públicas. Com isso, a Companhia Armour tornou-se um poder econômico superior ao poder local. Nessa posição de inferioridade, o poder político local perdeu a condição de fiscalizar e impor normas à multinacional.

Segundo Albornoz (1998), o Armour não era só a maior empresa da cidade, como concentrava 85% do capital industrial do município. Os fazendeiros de Rivera e do norte do Uruguai vendiam gado para os fazendeiros brasileiros entregarem ao frigorífico Armour, ou compravam terras no Brasil para que seu gado tivesse procedência legal. No frigorífico, metade dos operários era do Uruguai, e a outra metade brasileiros, sendo os cargos mais elevados exercidos pelos norte-americanos. Para se ter uma idéia da importância do frigorífico Armour na geração de empregos e impostos no município de Sant'Ana do Livramento, este, quando estava em plena operação (abate e processamento de carnes), chegava a gerar 6.000 empregos diretos só em sua planta industrial.

No final da Segunda Grande Guerra, em 1958, as empresas multinacionais, Swift e Morris, começaram a sair da Argentina, do Uruguai e, também, do Rio Grande do Sul, vendendo suas plantas industriais devido ao final da Segunda Grande Guerra. Nesse período, todo o desenvolvimento do município era dependente dos capitais provenientes dos frigoríficos, que eram injetados na economia local, mesmo provendo de uma empresa multinacional, sem dono conhecido, cujo maior interesse era o lucro de seus acionistas.

Além da pecuária de corte que desempenhava um grande poder econômico e industrial no município a criação de ovinos de lã também era desenvolvida. Essa atividade possuía uma estreita relação com o mercado, principalmente o internacional. A produção de lã atendia às necessidades dos mercados europeu e americano, que absorviam essa matéria-prima em seu processo produtivo.

O município encontrava-se, juntamente com Bagé, Alegrete e Uruguaiana, como um dos quatro maiores produtores de lã ovina do Rio Grande do Sul, sendo que cada um possuía mais de um milhão de cabeças, com toda uma cadeia produtiva organizada e em funcionamento. Assim, para atender à demanda produtiva proveniente desse efetivo ovino, foi instalado no município, o lanífero Thomaz Albornoz, responsável pela comercialização da lã produzida no município e também de toda região.

Na década de 40, em função da pujante pecuária de ovinos desenvolvida no município, organizou-se a Cooperativa Santanense de Lãs. Sua constituição deu-se num

⁴ O lanífero Albornoz era responsável pelo processamento da lã ovina (tratamento industrial) e pela sua distribuição nos mercados europeu e americano.

período em que o sistema cooperativista encontrava-se em expansão no Brasil, devido sua incorporação nos projetos agrícolas do país.

A Cooperativa Santanense de Lã (atualmente desativada), representou um importante canal de comercialização para a produção de lã no município. Seu quadro de cooperados era formado tanto pelos pequenos proprietários como pelos grandes. No entanto, foram os pequenos proprietários que com o seu fechamento na década de 80, os cooperados mais prejudicados foram os pequenos proprietários.

A pecuária extensiva foi importante na organização socioespacial de Sant'Ana do Livramento e também dos municípios da Campanha Gaúcha. Ressalta-se que mesmo com a introdução do processo de modernização da agricultura na década de 70, onde significativas áreas de lavouras passaram a ser cultivadas na região, a pecuária permaneceu como atividade econômica predominante.

No decorrer dos anos, a Campanha Gaúcha consolidou-se como maior área de predomínio de pecuária de corte extensiva do Estado do Rio Grande do Sul e, Sant'Ana do Livramento, como um dos municípios detentores dos maiores rebanhos de bovinos, ovinos e eqüinos da pecuária gaúcha, como bem demonstra a tabela 02.

Tabela 02 – Principais rebanhos da Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 1995

Microrregiões Geográficas	Bovinos	Ovinos	Eqüinos
Campanha Ocidental	1921211	1600946	73997
Alegrete	521086	533197	15389
Barra do Quaraí*	-	-	-
Garruchos	54000	34880	3620
Itaqui	294097	142384	11664
Maçambará*	-	-	-
Manoel Viana	87221	34065	3221
Quaraí	233214	301127	11561
São Borja	198456	110500	6574
São Francisco de Assis	156617	42165	7518
Uruguaiana	376520	402628	14450
Campanha Central	1293155	1161535	55588
Rosário do Sul	338298	186220	11843
Sant'Ana do Livramento	523963	579715	28945
São Gabriel	430894	395600	14800
Campanha Meridional	191526	2300721	74551
Bagé	587654	1157879	33765
Dom Pedrito	387212	237446	15000
Hulha Negra	189223	338122	7635
Lavras do Sul	327437	567374	18151
Total	4705892	5063202	204136

* Municípios criados após o ano de 1995

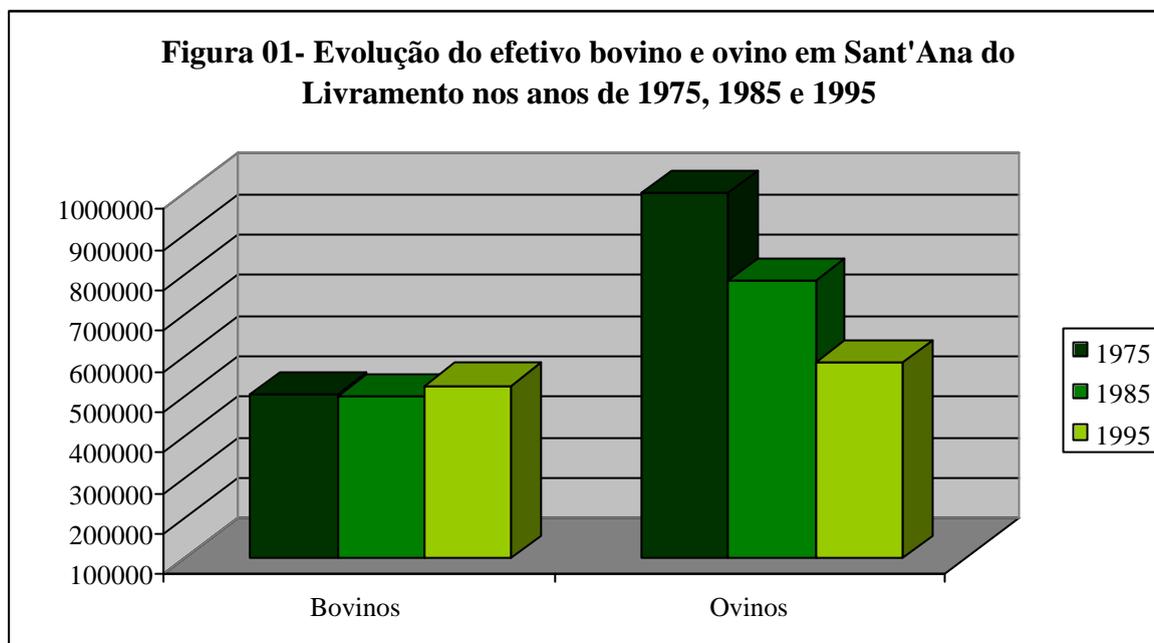
Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1995.

Org.: Chelotti, M.C. (2004).

De acordo com a tabela 02, em 1995 o município de Sant'Ana do Livramento possuía 523.963 bovinos, 579.715 ovinos e 28.945 eqüinos constatando-se dessa maneira a importância da pecuária de corte no alicerce da economia.

Ao acompanhar a evolução desses rebanhos nas últimas décadas, verificou-se que o efetivo bovino manteve-se em equilíbrio, apesar das sucessivas crises no setor agroindustrial da carne durante a década de 1990 no Rio Grande do Sul.

No entanto, a cadeia produtiva mais afetada no município é a da ovinocultura, pois com a substituição da lã animal pela sintética, em meados da década de 1980, desestruturou-se toda a produção no município. Em decorrência desse processo ocorreu um significativo declínio no efetivo ovino nas últimas décadas, como bem representado na figura 01.



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE (1975, 1985 e 1995/96)

Org.: Chelotti, M.C. 2004

Como a pecuária bovina, a criação de ovinos sempre esteve presente nos estratos de área dos estabelecimentos agropecuários do município, ou seja, desenvolveu-se tanto nos grandes como nos pequenos e médios estabelecimentos. Com a desestruturação de sua cadeia produtiva na década de 90, ocorreu o empobrecimento de vários produtores rurais, na medida em que o rebanho ovino era responsável pela maior geração de renda, devido à importância da lã no mercado internacional, a criação de ovinos destinados à produção de lã tornou-se pouco atrativa economicamente, inclusive com a drástica diminuição em seu efetivo de cabeças.

Apesar do esforço em substituir a criação de ovinos de lã para ovinos de carne, o Sindicato Rural de Sant'Ana do Livramento têm enfrentado grande resistência por parte dos pecuaristas. A inexistência no Brasil de um grande mercado consumidor desse tipo de carne, torna a criação de ovinos pouco atrativa.

As criações de equínos (28.945 cabeças), suínos (8.454 cabeças) e aves (65.103 cabeças)⁵ geralmente são desenvolvidas como criações secundárias em todas as propriedades do município, pois estes são responsáveis para a manutenção e desenvolvimento do processo produtivo auxiliando na produção/reprodução das propriedades rurais. Isso não quer dizer que não ocorra sua comercialização em feiras na área urbana, em pequenos mercados, dentre outros, tornando-se claro a importância dos equínos no desenvolvimento da pecuária de corte extensiva, e dos suínos e aves na manutenção interna das propriedades rurais.

⁵ Os dados referentes ao número de efetivos de equínos, suínos e aves foram retirados do Censo Agropecuário 1995/96.

A INSERÇÃO DA LAVOURA MODERNA NA DÉCADA DE 70

Em relação ao desenvolvimento de lavouras no município estas estiveram, historicamente, vinculadas à subsistência das propriedades rurais, com exceção da de trigo que desde a década de 40 era cultivada com finalidades comerciais.

Com a expansão da lavoura capitalista em direção à Campanha Gaúcha na década de 70 foram inseridos outros cultivos, principalmente a lavoura do arroz irrigado, da soja e de viníferas (uvas para a produção de vinhos).

Nesse contexto, o município inseriu-se num momento importante de seu sistema produtivo, ou seja, com o processo de modernização da agricultura que ocorria no Planalto Gaúcho (noroeste), expandindo para outras regiões a agricultura moderna, inclusive para as áreas de pecuária extensiva, essas duas atividades passaram a dividir espaços substanciais, principalmente por meio do arrendamento capitalista da terra.

No caso do cultivo do arroz irrigado, este passou a ser atrativo na medida em que se expandia o mercado consumidor, principalmente no sudeste brasileiro, destacando-se que em Sant'Ana do Livramento sua inserção em termos de área cultivada, deu-se timidamente em relação aos outros municípios da Campanha Gaúcha. Assim, conforme os dados do censo da FEE de 1995, o município cultivou 11.000 hectares, mantendo uma produtividade na média da Campanha, ou seja, em torno de 4.800 kg/ha, como demonstra a tabela 03.

Tabela 03 – Produção de arroz irrigado na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 1995

Microrregiões Geográficas	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Campanha Ocidental	265140	1415050	4308
Alegrete	44210	221015	4999
Barra do Quaraí*	-	-	-
Garruchos	2120	6300	3000
Itaqui	7100	355000	5000
Maçambará*	-	-	-
Manoel Viana	4000	20000	5000
Quaraí	9000	49500	5500
São Borja	42000	210000	5000
São Francisco de Assis	3530	17545	4970
Uruguiana	89280	535680	6000
Campanha Central	61293	169265	4574
Rosário do Sul	20293	101465	3922
Sant'Ana do Livramento	11000	52800	4800
São Gabriel	30000	150000	5000
Campanha Meridional	55850	312010	5250
Bagé	18000	99000	5500
Dom Pedrito	34500	196650	5700
Hulha Negra	1400	7000	5000
Lavras do Sul	1950	9360	4800
Total	382283	1896325	4710

* Municípios criados após o ano de 1995

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1995.

Org.: Chelotti, M.C. (2004)

Embora o arroz irrigado seja atualmente a lavoura mais cultivada em todos os municípios da Campanha, inclusive em Sant'Ana do Livramento, são cultivadas também outras lavouras com finalidades comerciais, como a soja, o milho, o sorgo e a uva.

De acordo com a tabela 04, em Sant'Ana do Livramento, essas lavouras ocupam áreas muito pequenas ao serem comparadas com os mais de 6.000 km² de área territorial do município, sendo que a soja ocupa 1.500 ha, o milho 4.500 ha, o sorgo 200 ha e a uva, 515 ha.

Depois da serra gaúcha, região mais tradicional no cultivo de uvas no estado (Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi), a Campanha Gaúcha, (em especial os municípios de Bagé e Sant'Ana do Livramento) destaca-se por ser a segunda região de maior produção de uvas para fabricação de vinho no Rio Grande do Sul.

Tabela 04– Cultivo de soja, milho e sorgo na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 1995

Microrregiões Geográficas	Soja (ha)	Milho (ha)	Sorgo (ha)	Uva (ha)
Campanha Ocidental	85080	34550	6230	18
Alegrete	6500	11000	4000	0
Barra do Quaraí*	-	-	-	-
Garruchos	18000	1000	400	0
Itaqui	8000	7000	500	2
Maçambará*	-	-	-	-
Manoel Viana	5500	3500	100	3
Quaraí	0	400	100	0
São Borja	40000	5500	500	5
São Francisco de Assis	7000	6000	200	5
Uruguaiana	80	150	430	8
Campanha Central	25000	12500	1000	524
Rosário do Sul	3500	4000	500	1
Sant'Ana do Livramento	1500	4500	200	515
São Gabriel	20000	4000	300	8
Campanha Meridional	6300	13100	7857	183
Bagé	1500	3500	3800	163
Dom Pedrito	4000	3000	2000	9
Hulha Negra	300	4200	2000	10
Lavras do Sul	500	2400	55	1
Total	116380	60150	20085	725

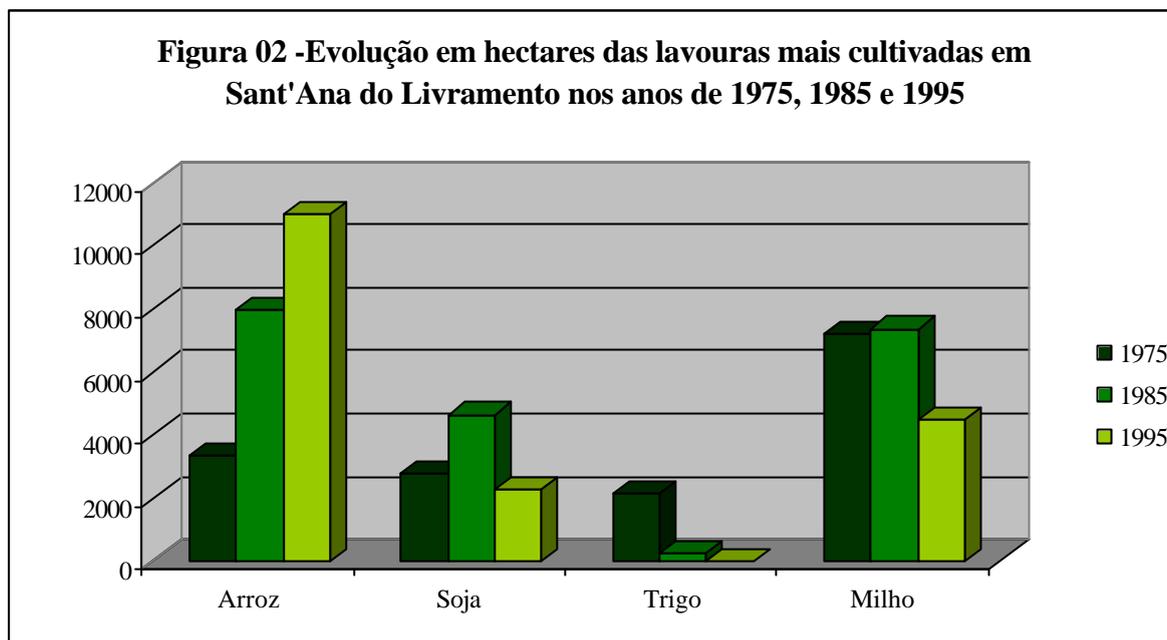
* Municípios criados após o ano de 1995

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1995.

Org.: Chelotti, M.C. (2004)

O cultivo de lavouras de arroz e da soja esteve atrelado a fatores como, a política estadual de melhoramento genético do arroz irrigado e também ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) principalmente na década de 70, juntamente com a expansão do mercado consumidor brasileiro.

De acordo com a figura 02 verifica-se que dentre os cultivos de lavouras, o arroz irrigado representou o maior incremento de área cultivada nos últimos anos, sendo que em 1975 eram cultivados apenas 3.326 ha, passando a 11.000 ha em 1995.



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE (1975, 1985 e 1995/96)

Org.: Chelotti, M.C. 2004.

O cultivo da lavoura de soja apresentou a expansão do planalto gaúcho para a Campanha na década de 70. Os subsídios creditícios para seu cultivo corresponderam com sua evolução na área plantada até meados da década de 80, quando a partir de então, começa o declínio da área cultivada. A retirada dos subsídios e a não aptidão agro-climática para seu cultivo em grande parte do município, fez com que a área cultivada diminuísse de 5.861 ha em 1985, para 1.500 ha em 1995 mantendo sua produtividade de 1.500 kg/ha.

O trigo nos últimos anos tornou-se um cultivo periférico, quase insignificante em termos de área cultivada, pois no ano de 1975 chegaram a ser cultivados 2.148 ha no município, havendo declínio da área cultivada com essa lavoura para menos de 300 ha em 1985 e o senso de 1995 não contabilizou a área plantada com trigo em Sant'Ana do Livramento.

A cultura do milho é essencial para a alimentação dos animais existentes nas propriedades rurais, no entanto observa-se uma diminuição quanto a sua área cultivada, sendo que em 1975 foram cultivados 7.192 ha, oscilando em torno de 4.500 ha no de 1995, como se pode verificar na figura 02.

O cultivo da uva para a produção de vinho no município ganhou grande impulso na década de 70, quando ocorreu a implantação dos maiores parreirais fora do eixo Caxias do Sul - Bento Gonçalves, região produtora de vinhos no Rio Grande do Sul, por meio da instalação da Seagram do Brasil Indústria e Comércio Ltda (Vinícola Almadém), de capital internacional; na década de 1980, a Livramento Vinícola Industrial Ltda e, recentemente, no ano de 2000, a Vinícola Palomas, sendo estas duas últimas com capital nacional, que atraídas para o município pelas excelentes condições climáticas e de solos, começaram a produzir uva para a produção de vinhos finos destinado ao mercado interno e externo.

Com o passar dos anos a produção de uva foi ganhando espaço, sendo que em 1975 foi colhido apenas 1 ha de uvas, em 1985 esse número passou para 297 há; e, em 1995

foram 515 ha, consolidando Sant'Ana do Livramento como um grande produtor de uvas para vinho, com cerca de 5.618 toneladas ano, ou seja, uma produção equivalente a muitos municípios da serra gaúcha.

Portanto, torna-se claro que a inserção e desenvolvimento do cultivo de lavouras no município (principalmente arroz irrigado, soja, sorgo e uvas para vinho) estão extremamente associadas à expansão da modernização da agricultura em direção aos municípios da Campanha Gaúcha na década de 70, mas alguns estabelecimentos rurais ainda continuaram com a pecuária como atividade econômica predominante.

A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA

Passando a euforia do processo de modernização, que houve a reestruturação do espaço regional a partir da metade da década de 80, ocorrendo um processo de desestruturação da cadeia produtiva regional, tanto da pecuária extensiva, como da lavoura empresarial. Tratava-se, portanto, de uma reestruturação produtiva de âmbito nacional, apoiada na diminuição do crédito agrícola e na expansão da fronteira agrícola para outros estados e também para os países vizinhos (Argentina e Uruguai), além da constituição do Mercosul, que refletiria diretamente na economia regional.

Com essa reestruturação econômica, vários segmentos produtivos, como os frigoríficos e a cooperativa de Sant'Ana do Livramento começaram a passar por sérias dificuldades financeiras, não conseguindo acompanhar a nova dinâmica na qual estava inserindo-se a economia brasileira. Isso provocou também, a falência da Cooperativa Santanense de Lã, as sucessivas paralisações por parte dos frigoríficos no abate e comercialização de bovinos, e a diminuição de cultivos como soja e trigo.

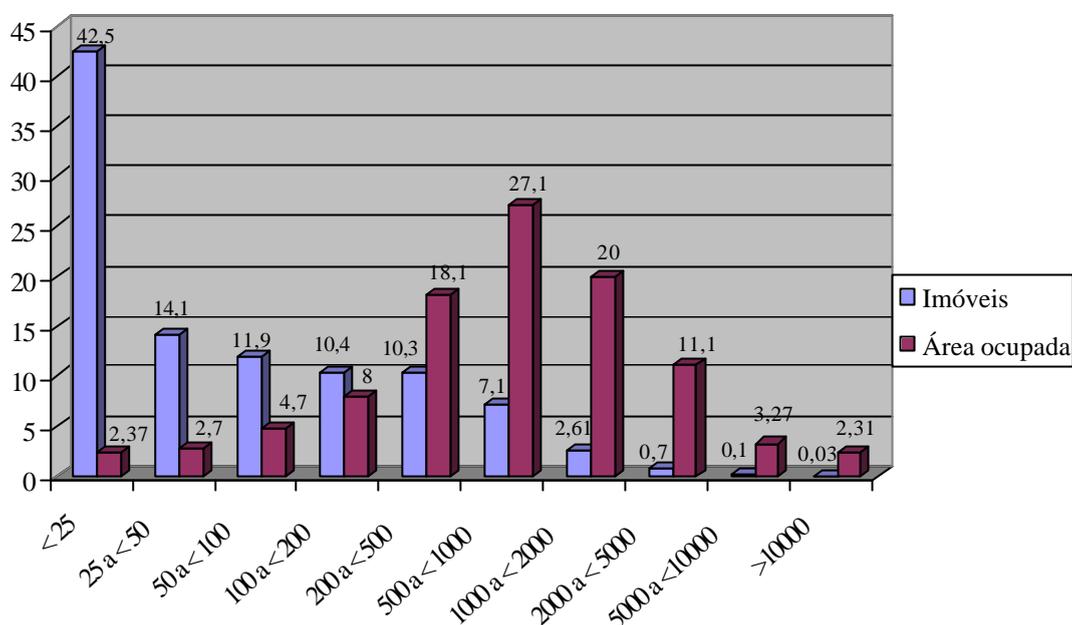
Essa desestruturação produtiva em âmbito regional afetou diretamente a ovinocultura no município, que diminuiu seu rebanho de mais de um milhão de ovinos na década de 70, para pouco mais de 500 mil cabeças na década de 90. Portanto, essa crise econômica por que vem passando o município e, como um todo a Campanha, tem repercutido diretamente na condição socioeconômica dos pequenos proprietários de terra (até 100 ha), que correspondem a 68,5% e dos médios (100 ha a 500 ha), que correspondem a 20,7% do conjunto total.

Ao analisar a estrutura fundiária de Sant'Ana do Livramento, verifica-se um alto grau de concentração fundiária no município, o que de maneira geral reflete também em toda a região da Campanha. Essa concentração, como foi abordado anteriormente, é resultado de um processo histórico de ocupação da terra, bem como, de sua intensificação a partir da década de 70, com a introdução do processo de modernização da agricultura.

De acordo com a figura 03, verifica-se a relação existente entre diferentes estratos de área e sua conseqüente ocupação territorial no município de Sant'Ana do Livramento, o que em termos gerais, caracteriza toda a Campanha Gaúcha.

Verifica-se nitidamente na figura 03 o alto grau de concentração fundiária em Sant'Ana do Livramento. Para se ter uma dimensão territorial da área ocupada em cada estrato, verifica-se que os imóveis rurais que possuem menos de 25 hectares representam 42,5% do número total, no entanto, ocupam apenas 2,37% da área territorial. No entanto, 0,03% dos imóveis, que corresponde a apenas um imóvel, ocupa 2,31% da área territorial do município.

Figura 03 - Porcentagem de imóveis e área ocupada no município de Sant'Ana do Livramento no ano de 1998



Fonte: Estatísticas cadastrais do INCRA < www.incra.gov.br >
Org.: Chelotti, M.C. (2004).

Ao constatar que mais de 40% dos imóveis rurais do município possuem até 25 hectares e sabendo que o minifúndio no município equivale àquele imóvel que tenha até 28 ha, verifica-se o alto processo de minifundização no município. Então como considerar a Campanha Gaúcha como região típica do latifúndio pastoril?

Nesse contexto, as grandes propriedades não predominam em número, mas o que ocorre na verdade é a alta concentração da terra por estas. A situação torna-se mais crítica, se considerarmos que geralmente as grandes propriedades estão nas mãos de indivíduos que não residem no município de Sant'Ana do Livramento, mas em cidades como Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Porto Alegre e, até mesmo em outros estados, como no Rio de Janeiro.

Os imóveis situados entre 200 e 1.000 ha representam 17% do total dos imóveis rurais e ocupam em torno de 45% da área territorial do município. São nesses imóveis que estão sendo realizados os assentamentos rurais em Sant'Ana do Livramento. Considerando o contexto regional, observa-se que não se tratam de grandes, e sim de médias propriedades.

Os imóveis rurais que ocupam acima de 1000 ha, representam menos de 4% do total dos imóveis do município, em contrapartida, ocupam mais de 35% da área territorial. Geralmente estão associados a grandes cabanhas⁶. Há de se destacar, que a sua exploração muitas vezes é maximizada, realizando o arrendamento para o cultivo principalmente do arroz irrigado de escala comercial. Essas estratégias visam complementar a renda no período de entressafra da pecuária, muito utilizada pelos fazendeiros da Campanha Gaúcha.

Nesse sentido, não se pode generalizar que toda a pecuária de Sant'Ana do Livramento possui uma base tradicional em sua cadeia produtiva. Pelo contrário, a existência de cabanhas indica a existência de uma pecuária moderna pouco vinculada à tradicional. No entanto, levando-se em conta o contexto do município, a maioria das propriedades rural

⁶ **Cabanhas** são estabelecimentos rurais que desenvolvem uma pecuária altamente moderna, geralmente vinculada à produção de matrizes e reprodutores, com alto padrão genético.

possui deficiências produtivas acumuladas nas últimas décadas, principalmente com a desestruturação da cadeia produtiva ovina, que refletiu diretamente nas médias e pequenas propriedades rurais do município.

Ao constatar a concentração de terras no município, associando-a com os novos rumos da economia brasileira, que repercutiu na desestruturação da cadeia produtiva regional, os pequenos e médios proprietários de terras passaram a enfrentar graves problemas socioeconômicos, enquanto que os grandes pecuaristas, por desenvolverem uma pecuária mais moderna, em cabanhas, encontram outros canais para a comercialização, como a venda de reprodutores e matrizes para outras regiões pecuaristas do estado e do Brasil.

De acordo com os dados coletados em pesquisa a campo, constatou-se em Sant'Ana do Livramento a presença de vinte e um (21) assentamentos rurais, sendo destes 14 foram sob a responsabilidade do INCRA e 7 do Governo Estadual, totalizando 17.053,57 hectares distribuídos a 585 famílias.

Destacando-se que das vinte e uma (21) propriedades que foram compradas pelo INCRA ou pelo governo estadual, apenas 06 possuíam mais de 1.000 ha, e que as demais (15 propriedades) situavam-se na média dos 500 ha.

Pode-se inferir então, que não ocorre a efetiva “ruptura” do latifúndio, pois as propriedades adquiridas pelo INCRA e pelo governo estadual, em sua grande maioria, tem área em torno de 500 ha. Essas propriedades, no contexto regional, não significam verdadeiros latifúndios, dada à forte concentração da posse da terra nas propriedades com mais de 1000 ha, que correspondem a 35% do total das terras do município de Sant'Ana do Livramento.

A ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA FRENTE À INSERÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

A propriedade da terra sempre exerceu um papel fundamental na organização do espaço agrário dos municípios fronteiriços em função da necessidade de manutenção do território português perante as terras de domínio espanhol.

As propriedades da região, heranças típicas de doações de sesmarias, foram no decorrer das décadas sendo repartidas, por herança ou por compra, mas mantiveram ou mantém característica muita associada ao espaço latifundiário. Nesse sentido, evidenciou-se, por um lado, uma enorme concentração de terras nas mãos de famílias tradicionais e, por outro, muitas pequenas propriedades, geralmente de lavradores, capatazes e demais empregados das estâncias.

A exploração da terra através da pecuária extensiva alicerçada na bovinocultura e ovinocultura valorizou os campos meridionais, em função da presença de gramíneas nativas muito nutritivas e aptas para o desenvolvimento dessa atividade.

No entanto, a partir da década de 70, a especulação fundiária avançou fortemente na Campanha Gaúcha à expansão do processo de modernização da agricultura, que já estava implementado no Planalto Gaúcho. Com isso houve a necessidade de se adquirir novas terras para serem cultivadas, principalmente com as culturas de soja e arroz irrigado.

Os grandes proprietários de terras da Campanha Gaúcha percebendo essa necessidade de expansão das áreas de lavouras começaram a realizar o arrendamento de parcelas de suas propriedades para os agricultores interessados. Portanto, o arrendamento da terra passou a representar uma alternativa econômica para os pecuaristas nos momentos de crise da pecuária e, significar um capital a mais, na medida em que o cultivo de lavouras comerciais como a soja e o arroz propiciam um retorno mais imediato do que a pecuária.

Mas, destaca-se que a prática do arrendamento de parcelas do espaço latifundiário pastoril não teve início apenas na década de 70, pois esta já era desenvolvida desde o início do século XX, nas áreas pioneiras de cultivo de arroz irrigado na região central do Rio Grande do Sul (imediações do município de Cachoeira do Sul). Assim, o que ocorreu na década de 70, foi um aumento da área cultivada com arroz, conseqüentemente o arrendamento acompanhou essa tendência, principalmente em áreas da expansão de fronteira agrícola, como os municípios da Campanha Gaúcha.

Com a crise que afetou a região no decorrer do processo de formação do Mercosul, houve uma estabilização nessa especulação fundiária pois a concorrência afetou diretamente o setor primário da economia gaúcha, principalmente o cultivo do arroz irrigado realizado na Campanha Gaúcha.

Como foi abordado anteriormente, não só a lavoura do arroz irrigado sofreu impactos após a formação do Mercosul, mas também a pecuária como um todo, (inclusive a de corte) e até mesmo a produção de lã ovina, ou seja, afetando diretamente a matriz produtiva regional.

Nesse sentido, a década de 90 foi caracterizada pela reestruturação produtiva regional em função dos ajustes impostos pelo mercado, com uma competitividade nunca antes presenciada no contexto da economia regional, sendo inevitável a redução de cultivos, do como do arroz e da soja e dos rebanhos bovinos e ovinos.

Ao mesmo tempo em que, no âmbito da economia, novas configurações redefiniam os mercados, ocorria no Brasil como um todo, (em especial no Rio Grande do Sul) a efervescência da luta pela terra organizada principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fazendo com que os governantes fossem pressionados a lançarem políticas para atender essas reivindicações.

A Campanha Gaúcha foi institucionalizada enquanto área prioritária para a realização de reforma agrária, sendo que o Estado tornou-se o principal agente fomentador do mercado de terras, principalmente no município de Sant'Ana do Livramento.

A revitalização do mercado de terras ocorreu por vários motivos, destacando-se as pressões sociais organizadas pelo MST, que resultaram na necessidade de aquisição de terras para o assentamento de famílias, e a política estadual de desenvolvimento regional do governo Olívio Dutra (1999 - 2002).

De um caráter periférico no contexto da economia gaúcha, ocorreu uma revitalização do mercado de terras na Campanha, tornando-o promissor e atrativo para os proprietários, principalmente para aqueles que foram diretamente afetados pela abertura do mercado brasileiro no início da década de 90.

A demanda por terra, por parte do Governo Estadual, para a realização de assentamentos rurais valorizou as terras no município, elevando o preço médio de R\$ 1.000,00 o hectare para algo em torno de R\$ 1.700,00. Um dos impactos dessa valorização verificou-se na dificuldade de aquisição de propriedades para a implementação do projeto financiado pelo Banco da Terra no município.

O capital oriundo da comercialização dessas propriedades foi utilizado por muitos proprietários para a aquisição de novos imóveis em outras locais, seja em municípios vizinhos, no centro-oeste brasileiro e, até mesmo, no Uruguai.

Em virtude das eleições em outubro de 2002, com a mudança no governo estadual essa valorização das terras tende a se estacionar, em função dos acordos estabelecidos entre o novo governo, Germano Rigotto (2003- 2006), e os pecuaristas da Campanha Gaúcha, que visam a paralisação da instalação de assentamentos com famílias de sem terra na região, política esta incentivada pelo então ex-governador Olívio Dutra (1999-2002), com uma nova política de desenvolvimento regional para o Rio Grande do Sul. Se por um lado, esses acordos estabelecidos podem paralisar as aquisições de propriedades na região, por outro, o INCRA

pode intervir por meio de vistorias visando realizar futuras desapropriações na região, já que na esfera federal tudo indica que o processo de assentamento de famílias sem terra em todo o país será acelerado. Então a Campanha Gaúcha será, sem dúvida alguma, alvo dessas políticas comandadas pelo Governo Federal.

O PAPEL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

A década de 90 caracterizou-se pela reterritorialização de centenas de famílias de trabalhadores sem-terra em propriedades adquiridas e/ou adquiridas pelos Governos Federal e Estadual no município de Sant'Ana do Livramento. Esses trabalhadores em sua grande maioria são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul, destacando-se principalmente as microrregiões geográficas de Frederico Westphalen e de Cruz Alta e no município estabeleceram uma nova vida, criando e recriando seus espaços.

Até o final do ano de 2002, estava previsto que o município de Sant'Ana do Livramento seria o maior pólo aglutinador de assentamentos rurais do Estado do Rio Grande do Sul, resultado de uma política de assentamentos rurais via “reforma agrária” do governo estadual (1999 - 2002) na gestão de Olívio Dutra. Assim, além dos vinte e um assentamentos existentes, havia a previsão da instalação de mais sete (7) assentamentos rurais, em áreas que se encontram em processo de negociação.

A presença de vinte e um (21) assentamentos rurais no município, não está somente associada ao movimento de luta pela terra organizada pelo MST que possui 17 assentamentos, ou seja, 80,9% do total, pois existem outros assentamentos em menor número, fruto de outros projetos, como 2 assentamentos do Projeto Minha Terra, que são organizados em cooperativas de produção agrícola, de caráter estadual, organizados em meados da década de 90, e, mais recentemente, no ano de 2001, a organização do primeiro assentamento rural financiado com recursos do governo federal, através do Programa Banco da Terra, a trabalhadores rurais do município de Sant'Ana do Livramento, além de um reassentamento realizado com famílias de posseiros que ocupavam ilegalmente terras da reserva indígena do Toldo da Serrinha, localizado no extremo norte do Rio Grande do Sul.

A tabela 05 mostra o número de assentamentos rurais existentes em Sant'Ana do Livramento até o ano de 2002, com os seus respectivos anos de instalação, bem como a área em hectares ocupada, o número de famílias assentadas e, o órgão responsável pela execução dos projetos.

Percebe-se nitidamente a atuação decisiva do INCRA na desapropriação de propriedades para a realização de assentamentos até o ano de 1998, período no qual se acirraram as lutas pela terra na Campanha gaúcha, especialmente nas proximidades do município de Bagé. No entanto, a partir de 1998, ocorre uma maior participação do governo estadual em função da sua política de “reforma agrária” que passou a privilegiar a aquisição de propriedades rurais na Campanha Gaúcha.

Tabela 05 – Assentamentos Rurais no município de Sant’Ana do Livramento: ano de instalação, área ocupada, número de famílias e órgão responsável pelo assentamento.

Assentamentos	Ano	Área (ha)	Nº de famílias	Órgão responsável
União Rodeense de Colonos	1991	385	18	Governo Estadual
Liberdade no futuro	1991	1.754	67	Incra
Nova Santa Rita	1996	1.044	37	Incra
Apolo	1996	982	35	Incra
Santo Ângelo	1996	481	17	Incra
Bom Será	1996	689	26	Incra
Coqueiro	1996	960	35	Incra
São Leopoldo	1997	1.274	44	Incra
Santa Rita II	1997	693	22	Incra
Posto Novo	1997	670	21	Incra
Recanto	1997	667	23	Incra
Frutinha	1997	562	20	Incra
Capivara	1998	728	26	Incra
Pampeiro	1998	1.120	40	Incra
Cooperativa Figueira	1998	1.185	40	Governo Estadual
Cooperativa Nova Esperança	1998	1.226	40	Governo Estadual
Esperança da Fronteira	1999	588	21	Governo Estadual
Faxina BR 158	2000	555, 57	21	Governo Estadual
Madureira	2001	600	23	Governo Federal
BR 158	2001	600	20	Governo Estadual
Seguidores de Che Guevara	2001	250	08	Governo Estadual
Total		17,053,57	583	

Fonte: EMATER/ Escritório Municipal de Sant’Ana do Livramento (2002).

Org.: Chelotti, M.C. (2004).

Nesse contexto, os primeiros assentamentos instalados no município foram União Rodeense de Colonos e Liberdade no Futuro no ano de 1991; em 1996 foram instalados os assentamentos Nova Santa Rita, Apolo, Santo Ângelo, Bom Será e Coqueiro; o ano de 1997 também seria representativo, pois foram instalados os assentamentos São Leopoldo, Santa Rita II, Posto Novo, Recanto e Frutinha; em 1998 foram instalados os assentamentos Capivara, Pampeiro, Cooperativa Figueira e Cooperativa Nova Esperança; no ano de 1999 foi o Esperança da Fronteira; no ano de 2000, o Faxina; e no ano de 2001 foram instalados o Madureira, BR 158 e Seguidores de Che Guevara.

As propriedades em que os assentamentos foram instalados até o ano de 2001, em sua grande maioria, encontram-se na média de 500 ha, exceto em seis assentamentos, Liberdade no Futuro (1.759 ha), Nova Santa Rita (1.044 ha), São Leopoldo (1.274 ha) Pampeiro (1.120 ha), Cooperativa Figueira (1.185 ha) e Nova Esperança (1.226 ha). Com isso, constata-se que de maneira geral, os assentamentos no município de Sant’Ana do Livramento, não estão sendo instalados em áreas de grandes propriedades. Até mesmo em relação aos assentamentos localizados em propriedades em torno de 1000 ha, seria arriscado dizer tratar-se de grandes propriedades, levando-se em consideração o contexto regional da Campanha Gaúcha, uma vez que a grande concentração de terra encontra-se nos estratos acima de 1000 ha.

A grande propriedade, que concentra historicamente a terra na região, pelo menos no município de Sant’Ana do Livramento, não está sendo transformada em “áreas

reformadas” de assentamentos. Portanto, falar em ruptura do “latifúndio”, por ora, seria um pouco precipitado.

Outro elemento a se destacar, refere-se às áreas nas quais se localizam os assentamentos, pois estes não estão dispostos por toda a extensão territorial do município. Assim, a instalação de assentamentos rurais concentrou-se a leste, área com predominância de solos areníticos, localizados na província geomorfológica da Depressão Periférica da Bacia do Paraná, nas quais os campos e as condições de fertilidade dos solos são melhores. A oeste do município localiza-se solos mais pobres, com afloramentos rochosos de origem basáltica, província geomorfológica denominada de Cuesta de Haedo. (SUERTEGARAY, 1998)

A gestão do governador Olívio Dutra (1999-2002) priorizou uma política de reforma agrária no estado, elegendo a Campanha como área prioritária para seu programa de assentamentos de trabalhadores rurais, e transformando o município de Sant’Ana do Livramento num pólo de assentamentos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras mudanças começaram a ocorrer na paisagem local, onde aos poucos, áreas típicas de pecuária de corte extensiva, quase despovoadas, passaram por uma reordenação territorial via inserção de assentamentos rurais, repovoando essas áreas. Apesar de representarem pouco mais de 1% do território do município de Sant’Ana do Livramento, os assentamentos já são perceptíveis na paisagem local, quebrando a monotonia da paisagem típica do pampa gaúcho. Essas novas paisagens foram se constituindo na medida em que ocorreu a territorialização da luta pela terra no município, sendo mais perceptível ao longo das rodovias, principalmente na BR 158 e BR 293, que dão acesso à Sant’Ana do Livramento.

Logo após a instalação dos assentamentos, novas relações foram estabelecidas no local da antiga propriedade pastoril. A primeira refere-se ao caráter de exploração da terra. A propriedade pecuarista adquire um papel extensivo de produção, enquanto que no assentamento a sua exploração é intensiva. Geralmente localizadas em áreas quase despovoadas, com menos de um habitante por km², as propriedades pecuaristas representam verdadeiros vazios humanos. Na sua exploração, poucos indivíduos atuam, sendo que dependendo da realidade da propriedade são utilizadas menos de três pessoas no gerenciamento e na criação.

A instalação de assentamentos rurais no município de Sant’Ana do Livramento representa, em parte, a possibilidade de alterar a estrutura fundiária regional, que há duzentos anos encontra-se concentrada. Novas relações são estabelecidas no espaço agrário regional entre os assentamentos, ou seja, o “novo”, e a sociedade regional, principalmente no âmbito das economias locais. Tudo indica que esse processo tem possibilitado novas configurações territoriais em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva de corte e pela lavoura capitalista do arroz irrigado na metade sul do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, as transformações provocadas pela implementação de assentamentos rurais em áreas de pecuária de corte extensiva transcendem ao mero olhar da paisagem modificada, representando no plano simbólico, o “rompimento” com uma situação anterior na qual esses novos agentes – os assentados - colocam novas possibilidades de disputa pelo poder – inclusive político-partidária – pela constituição de novas elites, geradas em processos de luta que, de alguma maneira, ameaçam a antiga elite local, ou seja, a classe latifundiária.

Portanto, os assentamentos rurais representam as reivindicações travadas há mais de vinte anos no espaço agrário gaúcho por milhares de trabalhadores sem terra, os quais foram capazes de penetrar e se territorializar numa região em que o “latifúndio” representa

mais do que uma reserva de capital ou *status quo*, ele é a própria identidade regional, que se moldou no decorrer de duzentos anos de ocupação e produção do espaço mais meridional do território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, V. do P. L. Frigorífico Armour: um empreendimento internacional na fronteira meridional. In: STROHAECKER, T. M. et al (Orgs.) **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, AGB-Porto Alegre, 1998.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento – 150 anos de história**. Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1990.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

SUERTEGARAY, D. M. **Deserto grande do sul: controvérsia**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

Recebido em outubro de 2004.

Aceito em de 2005